



## Senadores ouvem mais dois ministros sobre ajuste fiscal

Manoel Dias, do Trabalho, e Carlos Gabas, da Previdência, participam de audiência amanhã sobre medidas que alteram regras em direitos trabalhistas e previdenciários

No debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os ministros falarão sobre as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que determinam mudanças na pensão por morte e no seguro-desemprego. As MPs fazem parte do ajuste que o governo está propondo para equilibrar as contas públicas, mas

não foram bem recebidas por deputados e senadores. Eles já apresentaram cerca de 750 emendas aos dois textos, que serão analisados pelos Plenários da Câmara e do Senado. Com as duas medidas, o governo espera economizar cerca de R\$ 18 bilhões por ano. Na quinta-feira, os ministros participarão de outro debate nas comissões mistas das duas MPs. **8**

## Especialistas defendem que maior percentual de cacau no chocolate ajudará produção brasileira **7**

### ARQUIVO **S**



Arquivo Público do DF

Operário desce escada provisória na construção da cúpula do Senado

## A reação do Senado de 1960 à inauguração de Brasília

Documentos do Arquivo do Senado mostram que, 55 anos atrás, opositores tentavam impedir que Juscelino Kubitschek transferisse a capital na

data prometida — 21 de abril. Argumentavam que a cidade ainda não oferecia o conforto necessário aos políticos e funcionários públicos. **4 e 5**

## Rachid vê indícios contra 100 clientes do HSBC suíço

Em depoimento à CPI do HSBC na quarta-feira, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, informou que mais de 100 correntistas brasileiros da filial suíça do banco não declararam a conta ao órgão. Eles estão

entre os 342 nomes de clientes divulgados em fevereiro. A lista completa tem 8 mil brasileiros. Rachid pediu também a aprovação, pelo Congresso, de acordo internacional para facilitar o acesso a dados. **3**

Randolfe Rodrigues e Paulo Rocha coordenam sessão em que a CPI do HSBC ouviu Antonio Rodrigues, do Coaf, Jorge Rachid, da Receita, e outros dois convidados na quarta-feira passada



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Comissão de Infraestrutura debate crise hídrica e energética com Eduardo Braga **6**

## Proposta sobre sistema de controle interno na administração pública volta a tramitar **2**

## Benefícios acima do mínimo poderão ter reajustes maiores

Aposentados que ganham acima do salário mínimo poderão ter reajustes anuais acima da inflação. Várias

emendas nesse sentido foram apresentadas à MP que estende até 2019 a política de aumentos do mínimo. **2**

## Emplacamento de tratores e máquinas ganha novas regras

Tratores e máquinas agrícolas estão liberados de emplacamento e licenciamento comum aos veículos em geral. Nova regra define que

esses equipamentos ficam sujeitos a registro em cadastro específico na repartição de trânsito competente a partir do próximo ano. **6**

### ACONTECEU NO SENADO

## Dívida de estados mobiliza Parlamento

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pediu ao Senado que seja aplicado apenas em 2016 o novo índice de reajuste para as dívidas dos estados e municípios com a União. A decisão caberá ao Plenário, disse o presidente da Casa, Renan Calheiros. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadores debateram ajuste fiscal com o ministro durante cerca de sete horas

Valorização do aumento que é concedido a aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo dominou emendas apresentadas à MP 672/2015. Hoje reajuste é feito com base no INPC

# Aposentadoria acima do mínimo gera 114 emendas

GARANTIR UM AUMENTO real para aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo é a principal preocupação de senadores e deputados que apresentaram emendas à Medida Provisória (MP) 672/2015. A MP estende até 2019 a política de reajuste do salário mínimo hoje em vigor.

A maior parte das 114 emendas apresentadas à comissão mista que vai examinar o texto pretende estender para aposentadorias e pensões a regra que atualiza o salário mínimo com base na inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços

ao Consumidor (INPC) do ano anterior, mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores. Atualmente quem recebe mais que o salário mínimo tem o benefício corrigido apenas pela variação do INPC.

Autor de duas emendas, o senador Paulo Paim (PT-RS) argumenta que a discrepância entre as correções concedidas aos benefícios equivalentes ao salário mínimo e as concedidas aos benefícios cujos valores superam esse patamar conduziu a um “achatamento inaceitável” das rendas dos aposentados e pensionistas.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a diferenciação desses aumentos faz com que aqueles que mais contribuíram para a Previdência se sintam injustiçados, ao verem os segurados que efetuaram contribuições menores receberem aumentos maiores do que eles.

Eduardo Amorim (PSC-SE) acrescenta que muitos segurados contribuíram com valores calculados com base em renda bem superior ao mínimo e, a partir do momento em que têm direito a receber os benefícios, o valor real é reduzido ano a ano, causando grande injustiça social.

## Volta a tramitar proposta sobre sistema de controle interno na administração pública

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2009, que trata das atividades do sistema de controle interno na administração pública.

A PEC determina que o sistema contemplará, em especial, as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria

governamental e correição. As atividades seriam desempenhadas por órgãos de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas.

Os requerimentos para o desarquivamento das propostas foram assinados pelos senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Genildo Mangel/Agência Senado



Medida provisória estende até 2019 política de reajuste do salário mínimo com aumentos reais, acima da inflação

## Senadores propõem considerar revisão do PIB

Uma emenda do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) estabelece que, em caso de revisão do PIB, o aumento verificado seja repassado para o salário mínimo. Em sua justificativa, o senador lembrou que recentemente o IBGE anunciou uma revisão do PIB entre 2000 e 2011. A revisão alterou o crescimento de 2,7% para 3,9%. Segundo dados do Dieese, o salário mínimo de

2013, que foi reajustado pelo PIB de 2011, deveria ter sido de R\$ 686,31, e não de R\$ 678.

— O IBGE tem promovido revisões da taxa de crescimento do PIB para mais, nos últimos anos, mas esse acréscimo não foi incorporado ao valor do salário mínimo nos anos seguintes — alertou.

Já Ronaldo Caiado (DEM-GO) quer que o reajuste para 2016 inclua o crescimento do

PIB dos anos anteriores que não foi incorporado.

— Caso o reajuste do salário usasse o PIB, conforme o IBGE, teríamos um salário mínimo já em 2015 de R\$ 805 — afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF), Romário (PSB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e deputados também apresentaram emendas para garantir aumento real a aposentados e pensionistas.

### Cada ponto percentual de reajuste representa R\$ 2 bilhões

O Congresso deve aprovar uma nova política de valorização do salário mínimo — que hoje é de R\$ 788 — porque a regra atual vale somente até o fim deste ano.

Em 10 de março, a Câmara chegou a aprovar a manutenção da atual política de reajuste do mínimo até 2019, mas a votação do texto (Projeto de Lei 7.469/2014) não foi concluída. O governo não concordava com uma emenda que estendia a política de correção para os benefícios acima de um salário mínimo pagos pela Previdência Social e decidiu editar a MP.

O governo calcula que cada ponto percentual de aumento no reajuste dos aposentados representa um impacto fiscal de R\$ 2 bilhões nas contas da Previdência Social.

### Jucá quer incluir no texto incentivo a exportadores

É comum, na análise de MPs, parlamentares apresentaram emendas que não guardam relação com o texto da medida provisória em questão. É o caso, por exemplo, de emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que propõe conceder incentivo, na forma de subvenção econômica, para as empresas industriais exportadoras brasileiras, promovendo a equalização de juros com o fim de garantir competitividade.

A comissão mista que analisará a medida provisória ainda não foi instalada. A MP deve chegar à Câmara até 21 de abril e, ao Senado, até 5 de maio. Se não for aprovada até 9 de maio, passará a obstruir a pauta, impedindo outras votações no Plenário da Casa onde estiver parada. O prazo final de avaliação no Congresso é 23 de maio.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- TER** **PLENÁRIO Discursos**  
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.
- CCT Audiência com ministro**  
9h Audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, sobre prioridades da pasta. Após, reunião para escolha do vice-presidente da comissão.
- CMA Requerimentos**  
9h Reunião para apreciar requerimentos.
- MP 661/2014 BNDES**  
9h30 Continuação da reunião sobre a MP 661, que autoriza a União a conceder crédito ao BNDES. A comissão mista que analisa a medida provisória deve votar o relatório.
- CAE Direitos trabalhistas**  
10h Audiência sobre as MPs 664 e 665 com os ministros do Trabalho e da Previdência. Logo após, sabatina de diretores para o Banco Central.
- CE Bolsa de estudo**  
11h Na pauta, projeto sobre concessão de bolsa de estudo a dependentes do trabalhador para formação técnico-profissional.
- CPI DAS PRÓTESES Reunião**  
14h30 A comissão que investiga fraudes em próteses médicas tem reunião de trabalho.
- CRE Embaixadores**  
14h30 Votação secreta para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Após, apreciação de embaixadores.
- MP 664/2014 Pensão e auxílio-doença**  
14h30 Audiência pública para instruir a análise da MP 664/2014, que promove mudanças na concessão de benefícios previdenciários como pensão por morte e auxílio-doença.
- MP 665/2014 Seguro-desemprego**  
14h30 Audiência pública para instruir a análise da MP 665/2014, que altera regras para pagamento de benefícios trabalhistas como seguro-desemprego e abono salarial.
- CI Debate com ministro**  
8h30 Audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, sobre planos do ministério.
- CAS Auxílio-acidente**  
9h Em pauta, projeto que regulamenta a profissão de quiropraxista e proposta que estende o auxílio-acidente aos produtores e trabalhadores autônomos rurais. Depois, debate com o ministro da Saúde, Arthur Chioro.
- CDR Sudene**  
9h Audiência sobre os resultados da atuação da Sudene e as perspectivas de investimentos para os próximos quatro anos. Logo após, a reunião será deliberativa, com oito itens.
- CCJ Indicados para o Judiciário**  
10h Sabatina de indicados para o Superior Tribunal Militar e o Conselho Nacional de Justiça. Após, pauta com seis itens para análise.
- MP 668/2015 Importação**  
14h30 Audiência sobre a MP 668/2015, que eleva as alíquotas de contribuição para o PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação.
- MP 664/2014 Previdência**  
14h30 Debate sobre a MP 664/2014, que modifica benefícios, como pensão por morte e auxílio-doença.
- MP 665/2014 Trabalhador**  
14h30 Audiência para instruir a MP que altera regras sobre direitos trabalhistas.
- MP 663/2014 BNDES e Finep**  
14h30 Apreciação de requerimentos sobre a MP 663/2014, que aumenta o limite de repasse da União ao BNDES e à Finep.
- MP: 664 E 665 Audiência com ministros**  
9h30 Audiência conjunta das comissões das MPs 664 e 665 com cinco ministros.
- CRE Novos embaixadores**  
10h Análise de nomes para embaixadas na Bósnia e Herzegovina e na Austrália.
- PROCURADORIA DA MULHER Esporte**  
10h O Projeto Pautas Femininas debate ações para a inserção feminina no esporte.
- CCAI Requerimentos**  
14h30 Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência vota requerimentos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Secretário da Receita, Jorge Rachid afirmou haver indícios de irregularidades em parte dos 342 nomes publicados em fevereiro. Lista completa tem mais de 8 mil nomes

## Mais de 100 omitiram conta no HSBC suíço

EM AUDIÊNCIA NA CPI do HSBC na quarta-feira, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, afirmou que o órgão já pode conduzir investigações preliminares sobre mais de 100 nomes identificados na lista de correntistas brasileiros da filial suíça do banco.

Segundo Rachid, 100 dos 342 nomes da lista publicada em fevereiro são de brasileiros que não declararam à Receita a titularidade de conta no exterior. Ele confirmou também a existência de irregularidades em movimentações de correntistas declarados.

Rachid faz questão de ressaltar que a análise é preliminar e o que há hoje são “indícios de ilícito”.

— É possível identificar elementos que demonstrem interesse para o Fisco. Para que possamos ter dados mais efetivos, teríamos que buscar, junto aos contribuintes, mais elementos.

Para Rachid, a Receita trabalha com mais de 80 fontes de informações, mas ainda assim as movimentações ilícitas continuam sendo “difíceis de ser detectadas”.

Por essa razão, ele defende a modernização da legislação. Segundo Rachid, mais de 11 mil procedimentos fiscais



Randolfe Rodrigues e Paulo Rocha ouviram Antonio Rodrigues, do Coaf, e Jorge Rachid, da Receita

revelaram nos últimos anos evasões que chegaram a R\$ 19 bilhões.

Jorge Rachid fez ainda um apelo para que o Congresso ratifique a participação do Brasil em acordos internacionais que facilitam o compartilhamento de informações fiscais.

Em resposta ao vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que perguntou por que o Brasil não soube do caso em 2010, quando houve o primeiro compartilhamento internacional de informações, entre França e Grécia, Rachid explicou que

esse intercâmbio só foi possível porque, em consonância com os acordos de compartilhamento, um país é obrigado a notificar o outro se houver a incidência de cidadãos de lá em uma investigação fiscal, mesmo que não haja pedido expresso. Para isso, afirma, é necessário que o Congresso ratifique os acordos que o governo brasileiro já assinou. Eles só terão validade com a aprovação do Parlamento.

— A convenção multilateral, uma vez aprovada no Congresso, vai permitir isso. Quando um país tomar conheci-

mento, vai acionar o outro — resumiu.

Também ouvido pela CPI, o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, revelou que teve acesso a uma lista de brasileiros com contas no HSBC suíço em outubro. Ele disse que o documento foi apresentado por um jornalista do ICIJ (sigla em inglês para o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos), mas que a fiscalização preferiu aguardar a publicação da reportagem.

— Era uma lista com 342 nomes, também apresentada à Receita. Até achávamos que era uma lista completa, mas na verdade era uma amostragem de mais de 8 mil nomes — informou.

O secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, falou da possibilidade de ação judicial no caso de comprovação de atividade irregular. Ele disse que a dimensão dos processos dependerá da natureza das informações fornecidas pelas autoridades francesas, que detêm os dados mais aprofundados do caso.

Vasconcelos explicou também que uma segunda fase das investigações dependerá da disposição de colaboração dos órgãos fiscalizadores da Suíça.

### CPI votará pedido para ouvir políticos citados em blog

Políticos citados pelo jornalista Fernando Rodrigues em seu blog como detentores de contas na filial suíça do banco HSBC devem ser convidados a depor na CPI. Requerimentos nesse sentido foram apresentados pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

Estão na lista Márcio Fortes, da executiva nacional do PSDB; Daniel Tourinho, presidente do PTC; o vereador pela cidade do Rio de Janeiro Marcelo Arar (PT); Lirio Parisotto, suplente de senador pelo PMDB do Amazonas; os ex-diretores do Metrô de São Paulo Paulo Celso Silva e Ademir Venâncio de Araújo; além do ex-prefeito de Niterói (RJ) Jorge Roberto Silveira.

O presidente da CPI, senador Paulo Rocha (PT-PA), informou que os requerimentos serão votados na reunião de amanhã.

Após encontro, na terça-feira passada, dos parlamentares com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ficou acertado que a comissão terá acesso à documentação sobre as contas de brasileiros na filial suíça do banco.

A CPI do HSBC tem o objetivo de investigar a materialidade de crimes fiscais supostamente cometidos por esses brasileiros, além de repatriar o dinheiro fruto de contravenções e propor mudanças na lei.

### Coaf soube da lista por jornalista ainda em outubro

O presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, explicou que o órgão tinha conhecimento da relação de correntistas brasileiros na filial suíça desde outubro, mas não atuou por estar “sobrecarregado”.

Ele enfatizou que o Coaf não é um órgão investigativo e, por isso, não tomou providências imediatas no final de 2014, quando teve o primeiro contato com a lista. Além disso, a entidade estava ocupada com suas outras funções.

— Estávamos num período sobrecarregado. Não só era fim de ano, mas [também] tratamos de 318 mil comunicações, produzimos relatórios

da [Operação] Lava-Jato [da Polícia Federal], das eleições, da Operação Ararath [da Polícia Federal]. Houve uma decisão de aguardar — relatou.

Rodrigues também fez referência ao vazamento do relatório de inteligência financeira sobre a lista, em fevereiro.

— Pedimos à Polícia Federal abertura de investigação criminal. A divulgação desse tipo de informação causa prejuízos para o processo. Às vezes você até alerta um possível investigado — disse.

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero Meirelles, afirmou que a instituição não teve qualquer contato com a lista antes da divulgação do caso pela imprensa.

### Medeiros defende fim da reeleição para o Executivo

José Medeiros (PPS-MT) defendeu o fim da reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente da República. Ele reconheceu as dificuldades para pôr fim à reeleição, pelo simples fato de “ninguém querer abrir mão de prerrogativas arraigadas”, mas vê com alento a proposta de emenda à Constituição (PEC 73/2011) que exige a desincompatibilização para a reeleição a cargos executivos.

— A experiência política tem atestado a tendência viciosa para certos desmandos e arbitrariedades. Em geral, (a reeleição) premia o mandatário reeleito e descamba para a paralisia administrativa e a permissividade moral — afirmou.

### Flexa: servidores pagam rombo de R\$ 5,6 bi do Postalís

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que já chegou a R\$ 5,6 bilhões o rombo no Postalís, o fundo de previdência complementar dos servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O pior, segundo o parlamentar, é que a partir de abril começa a ser cobrada dos funcionários uma contribuição adicional de 25% dos salários para cobrir o rombo pelos próximos 15 anos.

— A bomba-relógio do Postalís começou em 2008, quando o governo do então presidente Lula fez pouco caso do problema. Somente agora, com as investigações da Lava-Jato, entendi o motivo da displicência do então presidente — denunciou.

### Cássio espera que TSE acolha cassação de Dilma Rousseff

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse esperar que o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acolha pedido, protocolado por seu partido, para cassar o mandato da presidente Dilma e do vice Michel Temer. Ele apontou que auditoria do Tribunal de Contas da União constatou que os Correios foram usados sem a devida contratação pela campanha de Dilma, o que caracterizaria abuso de poder. Se ela e Temer fossem cassados, assumiria o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que convocaria novas eleições.

— Havendo um julgamento isento, terá um só resultado: a cassação do mandato da presidente Dilma e seu vice — disse.

### Marta cobra maior participação da mulher na política

Marta Suplicy (PT-SP) reivindicou uma cota mínima de 30% das cadeiras nos Parlametos ao defender a participação feminina na política.

Ela lembrou que as mulheres são 52% da população do país, mas ocupam apenas 10% das vagas na Câmara dos Deputados, índice equivalente ao de 20 anos atrás.

Segundo Marta, nesse ritmo de participação, o sexo feminino só ocuparia 30% da Câmara em 2114. No Senado, a perspectiva é ainda pior: apenas no ano de 2118.

— Quando vi esse dado não acreditei, pensei até que tivesse erro. Vamos ficar alijadas todo esse tempo? — indagou.

### Vanessa reivindica ampliação da Justiça Federal no AM

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a abertura de novas varas da Justiça Federal no Amazonas, assim como das respectivas representações locais do Ministério Público Federal.

— O estado do Amazonas, o maior estado brasileiro do ponto de vista territorial, tem o pior índice de juiz federal por habitante — salientou.

Segundo ela, o índice de juizes federais no estado é de 0,25 por mil habitantes. Já a média nacional chega a 0,76 juiz para cada mil habitantes. Segundo ela, essa discrepância se traduz em grave dificuldade de acesso aos serviços de Justiça, na contramão do que dispõe a Constituição.



Genaldo Magela/Agência Senado



Genaldo Magela/Agência Senado



Genaldo Magela/Agência Senado



Genaldo Magela/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Oposição fez campanha contra mudança para Brasília

Transferência completa 55 anos neste mês. Em 1960, faltando apenas uma semana para a inauguração da capital, adversários de JK no Senado tentavam adiar o acontecimento sob o argumento de que a cidade ainda não oferecia condições adequadas de moradia

Ricardo Westin

O SENADOR JOÃO Villas Boas (UDN-MT) estava inconformado. Quando faltavam apenas duas semanas para a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, marcada para 21 de abril de 1960, ele subiu à tribuna do Palácio Monroe, a sede do Senado, no Rio, para argumentar que o presidente Juscelino Kubitschek cometia um erro grave ao inaugurar uma cidade ainda em obras:

— O senhor presidente está distribuindo convites até a Sua Santidade o papa e à rainha da Inglaterra para virem assistir a quê? A andaimos, apartamentos em construção e ruas poeirentas, que só atravessá-las nos deixa a roupa marrom. Isso na época da seca. Quando chove, é preciso tirar os sapatos e suspender a calça até o Joelho para atravessar o lamaçal. A cidade também não tem luz nem esgoto. É grande o ridículo da parte de nosso governo.

No próximo dia 21, a mudança da capital completa 55 anos. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, às vésperas da transferência, o clima no Plenário era de excitação. De um lado, a oposição (encabeçada pela UDN) insistentemente ocupava a tribuna para apontar cada falha de Brasília e exigir o adiamento da inauguração até que os políticos e os funcionários públicos encontrassem na cidade condições satisfatórias de habitação. Do outro lado, a base governista (liderada pela aliança PSD-PTB) se deram em elogios a JK pela façanha de erguer uma cidade do nada, no vazio do Planalto Central, em apenas quatro anos.

No mesmo pronunciamento, Villas Boas afirmou que a falta de hotéis em Brasília forçaria muitos dos participantes dos festejos inaugurais a se hospedarem em Goiânia e até mesmo em Araxá (MG). O senador oposicionista Mem de Sá (PL-RS) apoiou o colega. Ele, que semanas antes havia inspecionado a nova capital, disse que nem o luxuoso Brasília Palace Hotel, aberto em 1958, era digno de receber os convidados estrangeiros de JK:

— Quando lá estive, o hotel mostrava em inúmeros pontos as marcas da imprudência administrativa pela ansia da

construção em tempo recorde. Já eram inúmeros os lugares nos forros e nos tetos em que as infiltrações e a umidade faziam com que começassem a cair os revestimentos, que, de resto, são precários, de segunda e de terceira qualidade. JK vinha inaugurando com pompa e circunstância cada edifício que ficava pronto. O objetivo era convencer o Brasil de que a transferência se daria, sim, em 21 de abril, conforme mandava o cronograma original.

— Em 21 de abril, pedir-se-á emprestado um cadáver a Goiânia para a inauguração do cemitério de Brasília — alfinetou Mem de Sá, arrancando gargalhadas dos senadores. Lobão da Silveira (PSD-PA) correu para defender o governo. Ele disse ter certeza de que Brasília estaria completamente em ordem dentro de poucos dias:

— Em Brasília, trabalham-se 24 horas por dia e multiplicam-se os dias por três. Daniel Krieger (UDN-RS) rebateu: — E também se gasta por três. Outro argumento dos opositores era que o governo passaria um bom tempo livre do controle popular, já que a nova capital ainda não oferecia a infraestrutura básica de telecomunicações às emissoras de rádio e TV.

## Apartamento em obras

A mudança da capital do Rio para o centro do país já estava decidida desde o início da República. Atendendo uma determinação da Constituição de 1891, o presidente Floriano Peixoto criou no ano seguinte uma comissão que explorou o Planalto Central e apontou a área do estado de Goiás que deveria abrigar a nova sede do governo.

Aliado de JK, o senador Lima Teixeira (PTB-BA) apresentou o principal argumento dos chamados mudancistas:

— Com a transferência da capital, levaremos um pouco do progresso do litoral para o interior do Brasil. Não é possível que continue o Brasil com duas zonas distintas: uma subdesenvolvida e outra próspera. Quando se concretizar a transferência da capital para o coração do Brasil, aqueles que aqui se utilizaram da tribuna para combatê-la não de arrepender-se, diante das possibilidades

econômicas que impulsionarão o país.

Mesmo fazendo parte da base governista, o senador Caiado de Castro (PTB-DF) não escondia sua irritação com o ritmo das obras. Ele pediu a palavra para reclamar que seu apartamento funcional em Brasília ainda não estava pronto:

— Não sou homem de comodidades. Nasci no Distrito Federal [a atual cidade do Rio], mas vivi no sertão. Como soldado, já dormi até em barraca. Mas, como senador da República, posso morar numa barraca em Brasília? Se receber as chaves do apartamento, irei para a nova capital. Se não, permanecer aqui, na Cidade Maravilhosa, aguardando que termine a construção do edifício que terei que habitar.

Com a transferência, a cidade do Rio deixaria de ser o Distrito Federal e se transformaria no estado da Guanabara. Caiado, que era carioca, disse que seus conterrâneos estavam felizes com a mudança, pois deixariam de ter um prefeito nomeado pelo presidente da República:

— De agora em diante, seremos donos do nosso nariz. Poderemos dirigir o estado com aqueles que tiverem a ventura de merecer a confiança do povo [pelo voto]. Hoje, como se sabe, quem manda é o governo federal.

O Congresso Nacional teve papel decisivo na criação de Brasília. Foram os senadores e deputados que aprovaram as leis propostas por JK, incluindo as que liberaram os recursos financeiros necessários para as obras.

Explica o historiador e consultor legislativo do Senado Marcos Magalhães, autor de um estudo sobre a mudança da capital na perspectiva do Congresso:

— A oposição não se empenhou em derrubar os projetos relativos a Brasília porque acreditava que a nova capital era uma utopia e representaria o suicídio político de JK. Os projetos acabaram sendo aprovados com facilidade. No final, quando a nova capital já era irreversível, a oposição se mobilizou para criar CPI e adiar a inauguração. No entanto, nada disso adiantou.

Assim, com repiques de sinos, missas, coquetéis, jantares e bailes, JK cumpriu sua promessa e inaugurou Brasília no feriado de Tiradentes.

A derradeira sessão do Palácio Monroe ocorreu na tarde de 14 de abril, uma semana antes dos festejos. Cheios de nostalgia, os senadores se despediram do Rio.

— Estas cadeiras que ocupamos vagas ficarão para todo o sempre — discursou Argemiro de Figueiredo (PTB-PB). — Não sairemos daqui com a fleuma intangível dos ingleses. Sairemos como latinos, arrebatados de emoções. Os nossos discursos, os debates calorosos, os pe-

quenos incidentes, o rumor dos nossos passos, subindo e descendo os degraus deste recinto, este teto sóbrio e nobre, estas colunas romanas, a agitação dos taquígrafos, a curiosidade indiscreta dos jornalistas, o ruído dos tímpanos, tudo que lembramos transmuda-se em saudades tão intensas que nos levam a dizer que esta Casa, ao cerrar as suas portas, guardará também alguma coisa de nossa própria vida.

## Novacap e Velhacap

O senador Jorge Maynard (PSP-SE) também se emocionou:

— Não podemos esconder nem dissimular as saudades com que todos deixamos a terra carioca. Mas o interesse maior do Brasil exige que a deixemos e o fazemos certos de que estamos praticando um ato de sadio patriotismo. O Rio de Janeiro ficará para sempre nos nossos corações e dele levaremos as mais gratas recordações. O Brasil nunca esquecerá que aqui pulso durante séculos a alma da nação brasileira.

Guido Mondin (PRP-RS) citou os apelidos que Brasília e o Rio ganharam naquela época — Novacap (nova capital) e Velhacap (velha capital):

— Não me conformo quando se referem ao Rio de Janeiro chamando-o de Velhacap. Não! Ninguém lhe tirará mais a situação que o tempo lhe deu, transformando esta ainda capital de nossa pátria numa das mais belas cidades do mundo, a nossa Belacap. Brasília há de ser agora o cérebro desta nação, mas o Rio de Janeiro será sempre o coração da pátria.

No meio de todo aquele frenesi, o senador Afonso Arinos (UDN-DF) advertiu que ninguém havia se preocupado com o busto de Ruy Barbosa que adornava o Plenário. A efígie do célebre jurista, que foi senador de 1890 a 1921, quase ficou para trás na mudança para Brasília. O senador Cunha Mello (PTB-AM), que presidia a sessão, avisou que a Mesa do Senado acolhia a sugestão e decidia que a imagem seria levada para a nova capital — é a mesma que hoje se encontra no Plenário do Senado.

A primeira sessão do Senado no edifício assinado por Oscar Niemeyer se realizou um dia após a inauguração da capital, em 22 de abril. Villas Boas, Mem de Sá, Krieger e Caiado, os senadores mais críticos da mudança, faltaram. Dos parlamentares presentes, o que se ouviu foram discursos ufanistas e de louvor a JK.

— Devemos a inauguração da nova capital do Brasil à vonta-



O canteiro de obras do Palácio da Alvorada: capital foi inaugurada em abril de 1960, ainda incompleta

de, à energia, à determinação e à audácia de Juscelino Kubitschek, que realizou o sonho dos nossos antepassados — afirmou Victorino Freire (PSD-MA).

Alô Guimarães (PSD-PR) descreveu Brasília como “uma revolução arquitetônica, urbanística, política, social e econômica” que conduziria o país a sua “destinação gloriosa”. De acordo com Saulo Ramos (PTB-SC), a nova cidade se transformava na “sede do coração e do pulso da nacionalidade”. Novaes Filho (PL-PE) disse:

— A caminhada daqui por diante será bem mais fácil porque bem mais fácil será a distribuição dos favores, da assistência, da proteção e do amparo governamentais a todas as populações do Brasil. Nosso país certamente há de irradiar-se de Brasília, com alto sentido de justiça, sem preterições e sem preferências.

## Recesso

A oposição não teve como ignorar o êxito da transferência da capital. Nos pronunciamentos da sessão inaugural, porém, os senadores da UDN buscaram tirar o protagonismo de JK e destacaram apenas os trabalhadores que tornaram a nova capital realidade. Heribaldo Vieira (UDN-SE) discursou:

— A União Democrática Nacional bate palmas ao povo, que nas suas carnes lancinantemente sofreu a fome e a miséria para que se pudesse construir Brasília no ritmo acelerado que hoje culmina com esta inauguração magnífica a que assistimos todos nós, repre-

sentados do povo e candangos que para aqui vieram edificar Brasília.

Conterrâneo e aliado de JK, Lima Guimarães (PTB-MG) fez um pronunciamento em tom de desforra:

— Aí está Brasília, desconcertando aqueles que nela não acreditavam, os incrédulos e os adversários, verdadeiros inimigos da pátria, porque não sabiam compreender que a interiorização da capital significava um passo gigantesco para o desenvolvimento econômico do país.

Attilio Vivacqua (PR-ES) pediu ao “espírito patriótico” dos senadores que perdoasse “as falhas e imperfeições inevitáveis nesta obra gigantesca”. De fato, a cidade estava inacabada. O prédio do Congresso também. Além disso, boa parte da papelada e dos funcionários do Senado não havia chegado a Brasília. Por essa razão, 40 senadores apresentaram um requerimento para que a Casa entrasse em recesso. Freitas Cavalcanti (UDN-AL) advertiu que seria perigoso “impor-se silêncio a uma das Casas do Poder Legislativo”. A oposição, mais uma vez, foi ignorada. A primeira sessão em Brasília se encerrava e o Senado entrava em recesso. Os senadores só voltariam a se encontrar três semanas depois.

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.

Emplacamento e licenciamento de tratores e máquinas agrícolas, cobrados desde 2012, não são mais obrigatórios. Medida provisória altera resolução do Contran e atende reivindicação dos produtores rurais

Governo de São Paulo



Pelo texto da MP, máquinas agrícolas ficarão sujeitas a registro em cadastro específico em repartição de trânsito

## Medida provisória libera tratores de emplacamento

O GOVERNO PUBLICOU no *Diário Oficial da União* de quarta-feira a Medida Provisória 673/2015, que dispensa tratores e outras máquinas agrícolas de emplacamento e licenciamento. Os veículos, porém, ficam sujeitos a registro em cadastro específico na repartição de trânsito competente a partir de 2016.

O tema é polêmico e atende reivindicação antiga dos produtores rurais. O emplacamento e licenciamento haviam se tornado obrigatórios por força de resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) em 2012.

No ano passado, a eliminação da exigência foi aprovada pela Câmara e pelo Senado por meio de emenda incluída na Medida Provisória 656/2014. A iniciativa, no entanto, foi

integralmente vetada pela presidente Dilma. Este ano, em 11 de março, o Congresso manteve o veto, com a promessa de que o governo editaria outra MP sobre o assunto.

Paralelamente a isso, o Senado também aprovou, em março, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS 124/2013), de autoria de Blairo Maggi (PR-MT), para sustar a resolução do Contran.

A insatisfação dos produtores foi evidenciada em audiência pública realizada, no interior do Rio Grande do Sul, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Na ocasião, o representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Augusto César Andrade, disse que agricultores esperavam o fim de uma situação de insegu-

rança que se arrastava desde a promulgação do Código de Trânsito Brasileiro, em 1997. Desde então, a regulamentação das máquinas ficou sujeita a normas divergentes, segundo ele.

### Análise da MP

A MP tem força de lei desde a edição e vigora por 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Quando chega ao Congresso, é analisada por uma comissão mista, que pode alterá-la. Se isso acontecer, passa a tramitar como projeto de lei de conversão. Depois de deixar a comissão, precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. Se aprovado, o texto é enviado ao presidente da República, que pode sancionar ou vetar total ou parcialmente, caso discorde das alterações.

## Crise hídrica será tratada por ministro em debate

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, participa na quarta-feira, às 8h30, de audiência na Comissão de Infraestrutura (CI). O convite foi feito por meio de requerimento apresentado pelo presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Braga deverá prestar informações sobre os planos e prioridades do Ministério de Minas e Energia para o ano de 2015. As atuais crises hídrica e energética também



Eduardo Braga apresentará planos para 2015 da pasta de Minas e Energia

devem fazer parte do debate. Nos últimos meses, devido à escassez de água nos principais reservatórios do país,

também houve prejuízos à geração hidrelétrica, o que aumentou o uso de termoeletriciticas. Além disso, a conta de luz do brasileiro aumentou significativamente este ano.

Em 2015 também estão previstos leilões e relicitações de usinas hidrelétricas. Outros temas a serem debatidos são pequenas centrais hidrelétricas, térmicas com biomassa (bagaço de cana), fontes eólicas, termossolar, fotovoltaica e gás natural.

## Valdir Raupp pede novo marco regulatório para o setor portuário

Valdir Raupp (PMDB-RO) advertiu que o Brasil precisa remover os entraves que dificultam a captação de investimentos em infraestrutura, à medida que implementa o ajuste fiscal.

Ele falou especialmente da situação do setor portuário, por onde passam 95% das exportações brasileiras e 84% das importações. Apesar das



Gerardo Migeola/Agência Senado

reformas de 2003 e 2013, que ajudaram a melhorar a situação do setor, o senador explicou que ainda existem problemas.

— Mas como concretizar esses investimentos, todos eles de longo prazo e dependentes de grandes volumes de capital, se os nossos marcos regulatórios ainda convivem com estruturas ultrapassadas e restritivas? — questionou.

## Dário Berger defende proposta que acaba com os terrenos de marinha

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que acaba com os terrenos de marinha (PEC 53/2007). São imóveis da União situados a até 33 metros do ponto médio das marés altas. Eles são administrados pela Secretaria de Patrimônio da União e os ocupantes das áreas são obrigados a pagar o laudêmio e a taxa de ocupação,



Gerardo Migeola/Agência Senado

instituídos no período imperial.

No caso de Florianópolis, a prefeitura tem que pagar à União um valor correspondente a 20% do orçamento.

— Isso é um deboche com a capital de Santa Catarina, posto que confisca enorme fatia da arrecadação que deveria ser destinada à educação, à saúde, à infraestrutura e à segurança — afirmou.

## Pinheiro comemora obras na Bahia e teme fuga de investimentos

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou a realização de importantes obras de infraestrutura em Salvador, com destaque para a inauguração de uma nova estação do metrô.

Para ele, as obras vão além da mobilidade e significam que a União e o estado cumpriram sua tarefa. Ele disse estar atento para a necessidade de revisão



Jefferson Ruy/Agência Senado

do pacto federativo, mas teme que a mudança torne menos atrativos investimentos no Nordeste.

— A política de incentivos para a atração de investimentos vai cada vez mais dando sinais de cansaço, mas não pode abortar uma trajetória que consolidou e que nos permitiu, inclusive, crescer a economia da Bahia — disse.

## Jorge Viana diz que governo enviou R\$ 18 milhões para combater cheias

Jorge Viana (PT-AC) informou que a Defesa Civil nacional destinou ao governo do Acre e a diversas prefeituras mais de R\$ 18 milhões para socorrer as vítimas das enchentes. Segundo ele, o estado recebeu auxílio dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades.



Jefferson Ruy/Agência Senado

— Eu faço esse registro agradecendo à presidenta Dilma. Sei que isso não resolve o problema das famílias, mas cria condições para que as prefeituras e o governo possam atender a necessidade de reconstrução que começa agora — disse.

O senador também lembrou o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, 2 de abril.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Sílvia Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Teor mínimo de 35% de cacau em chocolates comercializados no país é defendido por produtores do fruto e pesquisadores. Rótulo deverá trazer informações para consumidor

# Chocolate brasileiro poderá ter mais qualidade

CACAUCULTORES E PESQUISADORES que participaram de debate na quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) manifestaram apoio ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 93/2015, que prevê percentual mínimo de 35% de cacau puro nos chocolates comercializados no país. Já a indústria de chocolate caseiro pede cautela na mudança de legislação, para não inviabilizar pequenos fabricantes.

De autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o projeto torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos dos produtos e prevê punições a fabricantes ou importadores que desrespeitem as normas. Determina ainda que a nova lei entrará em vigor 180 dias após ser publicada.

A senadora argumenta que o aumento da quantidade de cacau no chocolate ampliará

o espaço do produto brasileiro no mercado e alinhará a lei brasileira a padrões já adotados na Europa e nos Estados Unidos. Ela ressalta, no entanto, que pretende ampliar o debate para que o projeto contribua com todos os integrantes da cadeia produtiva.

— Não temos pressa [em aprovar a matéria], temos compromisso em realizar um debate sério. Buscamos também que os produtores de chocolate tenham uma política de valorização do produto. Temos que sair da situação de sermos um país exportador de commodities para sermos um país que possa agregar valor a seus produtos — disse Lídice.

José Schneider, presidente da Associação da Indústria e Comércio de Chocolates Caseiros de Gramado, apontou dificuldades na obtenção da massa ou liquor, ingrediente básico para a fabricação de



Henrique Almeida (ao microfone) destaca a importância da qualidade do chocolate nacional em audiência presidida por Lídice

chocolate, feito a partir do esmagamento da amêndoa do cacau.

Como explicou, as grandes fábricas fazem o esmagamento da amêndoa, mas as pequenas indústrias dependem das três

esmagadoras existentes no país, que impõem um produto muitas vezes de baixa qualidade, não havendo fiscalização que garanta a proporção de cacau.

## Rótulos

Ele é a favor de se prever na legislação o mínimo de 35% de cacau para que o produto seja considerado chocolate, mas alega não haver espaço nas embalagens para explicitar mais essa informação sobre a proporção. Schneider defende que a informação no rótulo seja obrigatória para produtos que não atendam esse mínimo e não são considerados chocolate.

— Aquele que não compõe o chocolate conforme a lei será obrigado a escrever uma pequena frase, dizendo que não é chocolate — disse.

Schneider ressalta que o consumo médio no Brasil, de 3 quilos per capita ao ano, é ainda muito pequeno em relação à média na Europa,

de 9 quilos per capita, ou ao mercado alemão, de 11 quilos per capita. Afirma ainda que o brasileiro não estaria disposto a pagar um valor maior por um produto de melhor qualidade. Ele também pediu mais tempo para que as novas regras entrem em vigor.

Henrique Almeida, da Associação dos Produtores de Cacau da Bahia, concorda que as esmagadoras misturam na massa um cacau de baixa qualidade, mas afirma que as medidas previstas no projeto de lei irão dinamizar a cultura, explorada em sua maioria pelo agricultor familiar, e toda a cadeia produtiva do chocolate.

— O projeto vem atender um sonho histórico e está em sintonia com o mercado europeu e norte-americano — disse.

Guilherme Moura, presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, defendeu a mudança na legislação e disse que a produção nacional é capaz de suprir o incremento de demanda.

## Produção brasileira de cacau se concentra na Bahia e no Pará

A produção brasileira de cacau em 2014 é estimada em 279 mil toneladas e está concentrada na Bahia (63%) e no Pará (35%), informou Helinton José Rocha, diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

A atividade já superou a crise causada pela praga conhecida como vassoura-de-bruxa e hoje movimenta US\$ 13 bilhões por ano. No entanto, disse Rocha, a expansão da cultura enfrenta o desinteresse dos jovens em permanecer no campo.

Ele relatou que o produtor de cacau recebe cerca de 3% do valor obtido com a venda de chocolate. As esmagadoras ficam com 7%, as transportadoras, com 12%, os fabricantes de chocolate ficam com 20%, o marketing, com 10% e a maior fatia, 43%, com os supermercados.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a iniciativa da senadora Lídice da Mata e contou que em breve será instalada em seu estado uma indústria de chocolate.

— Já produzimos no Pará uma amêndoa de altíssima qualidade e precisamos aproveitar para agregar valor ao produto — frisou o senador.



Crise da vassoura-de-bruxa se foi, mas produção maior de cacau ainda é desafio

## Luiz Henrique destaca papel da biotecnologia

A biotecnologia deverá oferecer respostas para solucionar um dos grandes desafios da humanidade para as próximas três décadas: alimentar mais de 9 bilhões de pessoas. Foi o que afirmou Luiz Henrique (PMDB-SC) em Plenário.

— Como dobrar a produção de alimentos sem desmatar árvores, sem derrubar a floresta? Esse é o grande desafio que se lança para que tenhamos, em 2050, o desenvolvimento sustentável, para que a vida seja possível.

O senador relatou visita de delegação de cientistas brasileiros, chefiada por ele, a universidades e centros de pesquisa na Alemanha, entre 17 e 20 de março. Ele disse que se convenceu da necessidade de somar esforços de cientistas do mundo inteiro para tirar proveito da biodiversidade brasileira, a maior do mundo.



Genildo Magalhães/Agência Senado

## Reguffe critica aumento no preço dos remédios

Reguffe (PDT-DF) criticou o governo por autorizar o aumento de 7,7% nos medicamentos. Ele defendeu proposta de emenda à Constituição que proíbe a tributação incidente sobre os remédios (PEC 2/2015).

O senador lembrou que países como Inglaterra, Colômbia e Canadá não tributam medicamentos. No Brasil, os impostos equivalem a 35,7% do preço. Ele citou dados do Ministério da Fazenda que revelam que a União deixaria de arrecadar apenas R\$ 3 bilhões ao ano se não houvesse tributação sobre remédios. O valor é irrelevante, a seu ver, quando comparado com o Orçamento da União de 2011, ano em que o estudo foi feito: mais de R\$ 2 trilhões.

— Há famílias que gastam mais de R\$ 3 mil por mês com medicamentos de uso contínuo. Cabe a nós fazer algo concreto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Fátima dá boas-vindas a ministro da Educação

Vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura (CE), Fátima Bezerra (PT-RN) foi ao Plenário na quarta-feira dar as boas-vindas ao filósofo Renato Janine Ribeiro, que hoje toma posse como ministro da Educação.

— Janine é um nome conceituado e respeitado na comunidade educacional. Tem experiência de gestão e ideias avançadas para o setor, como a adoção de currículos abertos — comentou Fátima, apontando como desafio maior da pasta a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

A senadora também comentou avaliação da agência de classificação de risco de investimento Standard & Poor's, que, apesar de reduzir a nota do Brasil, ainda o considera seguro para esse tipo de operação.

— O Brasil continua merecendo a confiança do investidor — observou.



Genildo Magalhães/Agência Senado

## Wellington cobra dívida da Lei Kandir com MT

Wellington Fagundes (PR-MT) advertiu a presidente Dilma e sua equipe de que devem buscar o entendimento com o Congresso, porque o diálogo é essencial para que o país encontre soluções para superar a crise econômica. Ele reconheceu que o Executivo está adotando medidas para ajustar as contas públicas, mas ressaltou que não pode deixar de cobrar do governo o repasse das compensações da Lei Kandir para seu estado.

— Em Mato Grosso, temos hoje R\$ 1,2 bilhão para receber só da Lei Kandir, ou seja, a compensação desses impostos que não recebemos quando exportamos nossa produção. Nós queremos votar tudo aquilo que for do interesse do Brasil e, principalmente, do ajuste fiscal, mas queremos também que se assumam o compromisso daquilo que é dívida — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cerca de 750 emendas já foram apresentadas por parlamentares às duas medidas provisórias que propõem alteração em direitos trabalhistas e previdenciários

# Ministros participam de audiência sobre MPs

OS MINISTROS DO Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, virão ao Senado amanhã para esclarecer aos senadores as mudanças em direitos trabalhistas e previdenciários, previstas nas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014. Eles serão ouvidos em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.

A iniciativa de trazer os ministros à CAE para tratar das mudanças foi de Ronaldo Caiado (DEM-GO). Na quinta-feira, eles voltam para outro debate nas comissões mistas das duas MPs.

As medidas foram enviadas ao Congresso no fim do ano passado como parte de um ajuste fiscal para impulsionar a economia e promovem restrições na concessão de benefícios sociais.

A MP 664/2014 muda as regras de direitos previdenciários como a concessão de pensão por morte e o auxílio-doença. Com a medida, a pensão por morte passou a só ser concedida ao cônjuge que comprove, no mínimo, dois anos de casamento ou união estável. Antes não havia



Carlos Gabas e Manoel Dias irão ao Senado explicar mudanças

exigência de período mínimo de relacionamento. Também passou a ser necessário comprovar 24 meses de contribuição para a Previdência.

Quanto ao auxílio-doença, o prazo para que o afastamento do trabalho gere direito ao benefício, pago pelo INSS, passou de 15 para 30 dias. Pela medida provisória, afastamentos de até 30 dias são de responsabilidade das empresas.

## Seguro e abono

Já a MP 665/2014 endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso para pescadores profissionais e do abono salarial. Entre as mudanças trazidas pelo texto, está a adoção de um prazo de carência para acesso ao seguro-desemprego. Agora o trabalhador precisa ter,

pelo menos, 18 meses de registro em carteira para pedir o benefício pela primeira vez. O prazo diminui para 12 meses no segundo pedido e só a partir da terceira vez se iguala ao prazo exigido anteriormente, de seis meses.

No caso do abono salarial, a regra atual garantia o benefício a quem ganhasse menos de dois salários mínimos e trabalhasse mais de 30 dias no ano. Com a MP, passa a ser exigida uma carência de seis meses para solicitar o benefício, que será pago em valor proporcional ao tempo trabalhado — como ocorre com o 13º salário.

Com as MPs, o governo quer poupar R\$ 18 bilhões ao ano. As medidas receberam mais de 750 emendas e passarão pelos Plenários da Câmara e do Senado.

## Para Alvaro Dias, povo paga a conta do ajuste fiscal

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o ajuste fiscal defendido no Senado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Para o parlamentar, é injustificável aceitar que se transfira para a sociedade a responsabilidade de uma crise da qual ela é vítima.

— O governo coloca a mão grande no bolso do contribuinte — declarou.

Alvaro também citou os dados de pesquisa CNI/Ibope que mostra índice de aprovação da presidente Dilma Rousseff de apenas 12%.

— Está no fundo do poço a administração pública brasileira — opinou.

## Lasier critica falta de respostas de Joaquim Levy

A participação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, na Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira foi criticada por Lasier Martins (PDT-RS). Para o senador, Levy não respondeu a maioria das perguntas e deixou mais preocupações do que tranquilidade.

Lasier também reclamou que Levy não conseguiu se comprometer a não criar novos impostos.

— Lamentavelmente, o ministro tergiversou ao afirmar que seria inadequado dizer que jamais traria um imposto novo. O governo, segundo ele, tem que tomar as ações necessárias para o ajuste fiscal — lamentou.

## Paim questiona medidas que mudam direitos

Paulo Paim (PT-RS) disse que as medidas provisórias do ajuste fiscal do governo retiram direitos dos trabalhadores e precisam ser discutidas e alteradas pelo Congresso. Na prática, disse ele, isso significa privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que até então eram garantidos e retirar, cada vez mais, os direitos dos trabalhadores.

— Sabe quem é que ganha o abono salarial? É quem ganha até dois salários mínimos. E que agora, pela nova fórmula, não ganhará mais. A pensão por morte, se tem alguma malandragem, vamos fiscalizar, vamos prender, vamos afastar, mas passar a pensão por morte de 100% pra 50%? — indagou o senador.

## ACONTECEU NO SENADO

# Senadores sabatinam Levy sobre medidas do ajuste fiscal

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos em audiência que durou sete horas. Ele defendeu o ajuste fiscal e propôs adiar para 2016 a aplicação dos novos indexadores das dívidas de estados e municípios com a União. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a decisão de votar projeto sobre o tema cabe ao Plenário.



Levy (E) em audiência ao lado dos senadores Delcídio e Lira, presidente e vice da comissão



## ROSE DE FREITAS ASSUME COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) foi eleita presidente da CMO na terça-feira. É a primeira vez que uma mulher está à frente do colegiado, que analisa projetos orçamentários enviados para o Congresso.

## 51 ANOS DO GOLPE SÃO LEMBRADOS EM AUDIÊNCIA

A revisão da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) foi cobrada pelos participantes da audiência pública realizada na terça-feira em memória aos 51 anos do golpe militar no Brasil. Promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a audiência contou com a presença de várias pessoas que militaram em favor da democracia durante a ditadura.



## SERVIDORES DE EX-TERRITÓRIOS

Senadores e deputados aprovaram terça-feira o relatório do deputado Silas Câmara (PSD-AM) à Medida Provisória 660/2014, que regulamenta a Emenda Constitucional 79, promulgada no ano passado para garantir a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima o direito a optarem pela permanência nos quadros de pessoal da União. A matéria foi para a Câmara.



## EMBAIXADORES NA ÍNDIA E NA MALÁSIA SÃO APROVADOS

A Comissão de Relações Exteriores aprovou na terça-feira os nomes de Tovar da Silva Nunes e de Carlos Ricardo Martins Ceglia para as embaixadas da Índia e da Malásia, respectivamente.

## TRANSPORTE COMO DIREITO PODE TER REGIME DE URGÊNCIA NO SENADO

Na segunda-feira, a Comissão de Direitos Humanos aprovou o pedido de urgência, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para a apreciação da PEC 74/2013. Essa PEC inclui o transporte entre os direitos sociais já previstos na Constituição, como educação e saúde.



## CPI DAS PRÓTESES É INSTALADA

Foi instalada na terça-feira a comissão parlamentar de inquérito do Senado que vai investigar fraudes na utilização de órteses e próteses, como superfaturamento e uso de material vencido e em quantidade acima do necessário. Magno Malta (PR-ES, foto) foi eleito presidente. O vice é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e o relator, Humberto Costa (PT-PE).

